

Carlos Eduardo Rangel

PODER PUNITIVO, POLÍCIA JUDICIÁRIA E DEMOCRACIA

Reflexões Contemporâneas sobre
a Atividade de Investigação Criminal



Freitas Bastos Editora

Copyright © 2020 by Carlos Eduardo Rangel

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,
bem como a produção de apostilas, sem autorização prévia,
por escrito, da Editora.

Direitos exclusivos da edição e distribuição em língua portuguesa:

Maria Augusta Delgado Livraria, Distribuidora e Editora

Editor: *Isaac D. Abulafia*

Capa e Diagramação: *Jair Domingos de Sousa*

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R196p

Rangel, Carlos Eduardo

Poder punitivo, Polícia Judiciária e Democracia: Reflexões
Contemporâneas sobre a Atividade de Investigação Criminal /
Carlos Eduardo Rangel. – Rio de Janeiro, RJ : Freitas Bastos,
2020.

394 p. ; 16cm x 23cm.

ISBN: 978-65-5675-004-0

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

2020-1116

CDD 345

CDU 343



Freitas Bastos Editora

Tel. (21) 2276-4500

freitasbastos@freitasbastos.com

vendas@freitasbastos.com

[www. freitasbastos.com](http://www.freitasbastos.com)

117 3516

SUMÁRIO

Título I

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E DEMOCRATICIDADE – A NECESSÁRIA SUPERAÇÃO DO PARADIGMA INQUISITORIAL

- I.a. Processo Penal Constitucional
– a consolidação das decisões políticas
fundamentais no Estado de Direito 5
- I.b. Sistemas Processuais Penais – a legitimação
sistêmica pelo reconhecimento do núcleo
fundante. 21
- I.c. Dupla Funcionalidade da Investigação
Criminal – a concepção binária do
Estado-Investigador. 45
- I.d. Garantismo Penal – construção teórica
ou mera rotulação? 61

Título II

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SELETIVIDADE PUNITIVA – DISCURSOS PENAIS NA GESTÃO DIFERENCIADA DA CRIMINALIDADE

- II.a. Expansionismo Penal e Segurança Pública
– o direito de emergência na sociedade
do medo 85

- II.b. Antidrogas, Antiterror e Anticorrupção –
o etiquetamento na construção mitológica
da figura do inimigo 98
- II.c. Princípio do Delegado Natural – uma
legítima expressão do Estado-Investigador... 121
- II.d. Juiz de Garantias – considerações
necessárias à estética de imparcialidade
do julgador.....133

Título III

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PODER SIMBÓLICO – A (DES)CONSTRUÇÃO DA IMAGEM RITUALÍSTICA DO INVESTIGADO

- III.a. As Misérias da Persecução Penal
– reflexões sobre a dignidade humana e
o status de investigado 165
- III.b. O Ocaso da Verdade – a valoração
probatória no sistema persecutório..... 185
- III.c. Devido Processo Legal Investigativo –
em busca das garantias perdidas202
- III.d. Ato de Indiciamento – uma prerrogativa
de titularidade da investigação criminal....220

Título IV***INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E CADEIA
DE CUSTÓDIA PROBATÓRIA – O NECESSÁRIO
RESGATE DO TECNICISMO JURÍDICO-PENAL***

- IV.a. Persecução Penal – estágios de cognição
na marcha processual245
- IV.b. A Prisão Captura – requisitos de
homologação pelo Estado-Investigador267
- IV.c. Buscas Pessoais e Domiciliares
– releitura constitucional288
- IV.d. Regime Jurídico das Interceptações
Telefônicas e de Dados – admissibilidade
e compartilhamento329

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS357